

ADUNIOESTE
SINDICATO DE DOCENTES DA UNIOESTE
(Seção Sindical do Andes – Sindicato Nacional)
www.adunioeste.org.br

GOVERNO ESTADUAL RECEBERÁ ENTIDADES SINDICAIS PARA TRATAR, DENTRE OUTROS ASSUNTOS, DO REAJUSTE SALARIAL 2009

Acontece no próximo dia 23 de março (segunda-feira), a partir das 16 horas, na Seti, audiência entre representantes do governo estadual e os dirigentes das entidades representativas de docentes e técnicos para tratar da política salarial 2009 e dos encaminhamentos em relação às questões pendentes da carreira docente (acesso à classe de Professor Titular, dentre outros). Tal Audiência foi confirmada pela Seti, no último dia 16 de março. Desde o final do ano passado as entidades integrantes do Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná vinham solicitando audiência junto à Seti para tratar de tais assuntos.

A Diretoria da Adunioeste, respaldada em deliberação da Assembléia Geral de Docentes da Unioeste, realizada dia 9 de dezembro do ano passado, irá defender como **parâmetro para a negociação salarial com o governo estadual o seguinte: a) reposição integral das perdas salariais acumuladas desde março de 1997; b) definição de uma política salarial, por parte do governo, que contemple a revisão geral anual de salários (ICV-Dieese) acrescida de ganho real de acordo com um indexador a ser definido em comum acordo com as outras entidades sindicais das IEES/PR.**

As perdas salariais acumuladas, no período de março de 1997 (data de implantação da Carreira Docente) a fevereiro de 2009, de acordo com o Dieese, considerando o Índice do Custo de Vida (ICV) são as seguintes: Professor Auxiliar, 17,48%; Professor Assistente, 23,06%; Professor Adjunto, 13,96%; Professor Associado, 6,03% e Professor titular, 15,67%.

O governo estadual para implantar o reajuste salarial 2009, decorrente da data base, utilizará o IPCA como índice para aferir a inflação acumulada no período de 1º de maio de 2008 a 30 de abril de 2009. De acordo com projeções do Dieese o IPCA acumulado em tal período será um pouco superior a 5,5%. Sendo assim, **o reajuste salarial projetado dos servidores públicos do Paraná, incluindo os docentes, será de aproximadamente 6%. Se o governo estadual não conceder um reajuste maior, os docentes irão continuar com perdas salariais que se acumulam desde março de 1997 (Governo Lerner).**

A Diretoria da Adunioeste volta a insistir: os docentes das universidades estaduais do Paraná precisam continuar mobilizados, ampliar sua capacidade de organização coletiva, para consolidar os avanços conquistados, a duras penas, e continuar lutando para conquistar a reposição integral das perdas salariais acumuladas e a definição de uma política salarial que implique em ganhos reais, além da inflação.

ATENÇÃO: GOVERNO ENVIA À ASSEMBLÉIA PROJETO DE LEI QUE REGULAMENTA O ACESSO À CLASSE DE PROFESSOR TITULAR

O governo estadual irá divulgar, na Audiência da próxima segunda-feira, os detalhes do anteprojeto de lei, encaminhado à Assembléia Legislativa, no último dia 19 de março, pelo governador Requião, que altera a Lei nº 11.713/1997 e regulamenta o acesso à classe de Professor Titular das instituições de ensino superior do Paraná.

A proposta, divulgada pela Agência Estadual de Notícias¹, prevê que o professor pertencente à carreira do magistério público superior do Paraná, ao ser aprovado para a classe de professor titular, poderá, para efeitos previdenciários, manter a sua matrícula original, não sofrendo prejuízos na contagem de tempo para aposentadoria. Além disso, não será necessário cumprimento de estágio probatório do docente quando do acesso à classe de professor titular.

A proposta formalizada pelo governador, em termos gerais, é resultado das discussões e do consenso estabelecido pelos integrantes do “Grupo de Trabalho para revisão da carreira docente”. Tal Grupo, integrado por representantes dos docentes, do governo e das administrações das IEES, desenvolveu suas atividades no período de agosto a dezembro de 2007. A regulamentação do acesso à Classe de Professor Titular, não foi formalizada antes porque careceu de pareceres jurídicos da Procuradoria Geral do Estado e da Paraná Previdência. A preocupação do Grupo de Trabalho era garantir que a regulamentação do acesso à Classe de Professor Titular, proposta pelo Grupo, tivesse respaldo jurídico para que não trouxesse nenhum problema junto à Paraná Previdência no momento da aposentadoria do docente.

A Adunioeste divulgará, logo após a Audiência em Curitiba, o detalhamento da proposta formalizada pelo governo. Aliás, como a proposta, segundo a Agência Estadual de Notícias, é resultado das discussões do “Grupo de Trabalho para a revisão da Carreira Docente”, entendemos que o governo deveria ter convocado tal Grupo para discutir e informar o detalhamento da proposta antes de enviá-la à apreciação dos deputados.

¹Conferir: <http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/manchetes/article.php?storyid=14975> (Governo encaminha à AL projeto que organiza a carreira de professor titular)